

EDITORIAL

6

Sejam bem-vindos ao mundo do eurocentricídio, isto é, destruição das filosofias, teorias, histórias e preconceitos eurocentrados e colonialistas. É com enorme prazer que anunciamos a publicação do nosso quarto número da READ! Nossa revista que tem cumprido um papel importante ao preencher uma lacuna no mundo editorial carente de reflexões decoloniais e anarquistas. Como uma filha mais nova da Revista Estudos Libertários (que aceita artigos de doutores e doutorandos), a READ tem possibilitado a alunos de mestrado, de graduação e militantes em geral a publicarem suas pesquisas e reflexões absolutamente pertinentes, muitas das quais melhores do que análises estadolátricas e eurocentradas de muitos doutores. Nesse veio, os leitores terão acesso a artigos que fazem uma profunda crítica das diferentes formas de expressões do racismo, do patriarcado, do capitalismo, do ecologicídio, da transfobia e da homofobia.

A READ é um veículo de divulgação de ideias que esperamos saiam vitoriosas na guerra epistêmica que temos travado na academia.

Iniciamos a presente edição com o artigo “Legado da Lei Áurea: o racismo institucional e a negação do negro enquanto sujeito histórico”, do prof. Wallace de Moraes. Como escreve o autor, “a liberdade do dia 14 de maio continuou sendo limitada, vigiada, encarcerada, aprisionada, torturada, desempregada, discriminada, faminta, estuprada, humilhada, assassinada e de maneira mais sutil se materializa no desdém com relação às cotas raciais.”

Partimos para o artigo “As raízes raciais da desigualdade nos países latino-americanos”, de Herbert Garcia. O autor

apresenta o contexto socioeconômico de países latino-americanos na modernidade, trazendo à tona o histórico de violências, exploração e espoliação do colonialismo. Garcia contextualiza o cenário político, econômico e cultural em que vivemos, contrariando ideias modernas sobre a própria modernidade por meio da perspectiva decolonial, e traz importantes dados estatísticos sobre os impactos do racismo e do classismo no mercado de trabalho. O papel do Estado, nesse sentido, se mostra como fundamental para compreendermos as sistemáticas violações e as marginalizações que corpos pretos e indígenas sofrem no mercado de trabalho, atravessado pelo abismo socioeconômico construído pela modernidade.

7

No artigo “Adriana Varejão e o feminismo decolonial”, Aline Gomes de Brito Vieira Paternes faz uma análise do acervo da artista plástica Adriana Varejão pela ótica do feminismo decolonial, trazendo o conceito de colonialidade de gênero de María Lugones e o conceito de representação de Sandra Pesavento. A autora busca identificar, na obra de Varejão, o retrato e a denúncia da violência que atravessa a América Latina. Tendo como alicerce o feminismo decolonial, faz uma crítica às opressões de gênero promulgadas pela colonialidade, e procura contrariar, em suas palavras, uma narrativa totalizante, a partir da qual estruturou-se a modernidade.

Em seguida, apresentamos o artigo de Stephane Santos Cardoso, intitulado “O apagamento epistêmico das filósofas negras, indígenas e latino-americanas e a colonialidade”, que dialoga com o artigo anterior, de Paternes. Ambas as autoras trazem reflexões críticas sobre o apagamento epistêmico direcionado contra pensadoras mulheres, especialmente negras e indígenas, e elaboram sobre os impactos disso em

relação à modernidade, às colonialidades e às universidades ocidentalizadas.

Em seguida, com o artigo “A guerra nas favelas e a manutenção do colonialismo”, de João Marcos Nunes Di Giorgio, prosseguimos com uma crítica ao genocídio de vidas pretas e faveladas pelo Estado, sustentando-se na Guerra às Drogas como justificativa para a manutenção do extermínio. Mobilizando os conceitos de juvenicídio e de Necrofilia Colonialista Outrocida, Di Giorgio denuncia as estratégias do Estado brasileiro em controlar as populações pretas e faveladas e urge à necessidade das mesmas em viver sem medo, em ter acesso à escolarização, ao ambiente de trabalho; em suma, ao direito de transitar e de pertencer.

8

O artigo “A divisão racial do trabalho à brasileira”, de Chiara Santos e Manoela Prado, disserta sobre a estruturação do mercado de trabalho brasileiro em cima do racismo, por meio da coisificação e da exploração de corpos pretos. As autoras mostram como o sistema capitalista se constituiu a partir do sequestro e da escravização de indivíduos pretos, mantendo-se enquanto modelo econômico dominante pela perpetuação da colonialidade e das desigualdades sociais e trabalhistas.

O artigo “O conceito de racismo ambiental e as perspectivas dos que são mais afetados pelas mudanças climáticas devem integrar o debate e a luta ambiental por justiça climática”, de Beatriz Frohmuller Strattner, possui caráter expositivo com relação aos impactos das mudanças climáticas em grupos sociais marginalizados, como povos indígenas e populações ribeirinhas. A sub-humanização e a marginalização, promovidas pelo Estado moderno, naturalizam o descaso do mesmo para com grupos sociais estigmatizados. Assim, Strattner critica,

com aporte do pensamento decolonial, a negligência e as violências do Estado para com tais grupos, que acabam por ser os mais afetados pela crise ambiental.

Por fim, o artigo “Sobre a normatização do corpo moderno: uma breve análise da patologização da transexualidade e de inscrições corporais”, de Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil, é apresentado o contexto de inferiorização de certas inscrições corporais, contrastando com a exaltação de outras. Enquanto determinados grupos de inscrições são submetidos a regimes de criminalização e patologização, outros grupos são naturalizados e transformados em uma normatividade, sempre alicerçada a marcadores de raça, gênero, classe. Os autores buscam mostrar, tendo como base os campos das modificações corporais e da dissidência de gênero, a afronta à corponormatividade, conceito trabalhado pelos autores em diálogo com o pensamento decolonial libertário.